

1 Introdução

Quando atualmente se fala em TV Digital, muitas percepções emergem. Podemos estar nos referindo a uma TV com tela de grandes dimensões e alta-definição (HDTV), pode-se estar referindo à TV sendo transmitida na reduzida tela de um telefone celular ou outros dispositivos móveis, assim como também podemos estar nos referindo ao mesmo aparelho televisor de sempre, porém recebendo um sinal de áudio e vídeo sem interferências em regiões remotas do país. Todas essas percepções, dependendo do objeto de estudo, são válidas e as tangenciaremos no decorrer deste trabalho. No entanto, vale traçar um breve histórico da implantação da TV Digital no Brasil para contextualização e melhor compreensão do objeto de estudo.

A radiodifusão do sinal digital para televisão terrestre¹ no Brasil teve seu início em 2 de Dezembro de 2007 na cidade de São Paulo. Isto se deu após diversas instâncias, desde os primeiros estudos e avaliações nos anos 90 sobre os padrões digitais de televisão no mundo, passando pela instituição do SBTVD (Sistema Brasileiro de TV Digital) através do decreto presidencial nº 4.901 de 26 de Novembro de 2003; pela posterior opção pela adoção do modelo nipo-brasileiro de TV Digital (ISDB-Tb) através do Decreto 5.820 de 29 de Junho de 2006 e, enfim, pela a criação do Fórum de TV Digital.

Pouco mais de dois anos depois, a maioria das capitais brasileiras já transmitia o sinal digital e alguns países da América do Sul passaram a adotar o padrão especificado pelo Brasil. No momento, Argentina, Paraguai, Equador, Chile, Perú e Venezuela adotaram o ISDB-Tb, além de Costa Rica e perspectivas para o continente africano. No entanto, o que parece ser sucesso absoluto, em termos de alcance e cumprimento de prazos, ainda encontra sérias dificuldades na implantação de aspectos relevantes como a interatividade e na aceitação por

¹ Chamamos de TV Digital terrestre aquela na qual o sinal de áudio e vídeo é transmitido e recebido através de antenas de radiodifusão, conhecida também no Brasil como “TV aberta” pelo fato de não ser concedida através de assinatura para o usuário do meio de comunicação. O termo é usado nesse texto como forma de especificar que não estamos tratando das TVs a cabo ou por assinatura, que também podem ser digitais.

importantes setores da sociedade como movimentos sociais e outras vozes que foram silenciadas na discussão no decorrer do processo de implantação do sistema.

Nesse contexto, com o SBTVD já implantado e “no ar”, obviamente com algumas arestas ainda sendo aparadas e incongruências sendo discutidas na esfera política com possibilidades de reestruturação, é preciso dar um passo a frente e pensar no que pode ser feito a partir deste ponto de implantação inicial do meio e voltar o olhar para outras abordagens que não somente a tecnologia por si só.

O *locus* desta dissertação é o campo da educação. As potencialidades de mídias digitais, como por exemplo as novas tecnologias da informação e da comunicação (Novas TIC ou NTIC) são assuntos recorrentes na pesquisa em educação e já têm seu espaço adquirido, caminhando no sentido de que tais tecnologias sejam vistas com um potencial positivo. A TV também aparece com frequência nessas investigações como objeto de estudo, seja como instrumento de iniciativas de educação a distância ou como um meio informal de aprendizado ou recepção de informações. Em muitas citações, aparece como vilã; em outras, como aliada de bem-intencionadas iniciativas educacionais e culturais.

Constatamos, porém, que a TV aberta em sua versão digital, talvez devido à sua recente emergência no cotidiano brasileiro, não tem ainda representatividade no campo da educação. Os trabalhos mais relevantes estão sendo produzidos nas áreas da comunicação social e ciências exatas e, somente há pouco tempo, começaram a ser publicados artigos que tratam de potencialidades e discutem aspectos relevantes para a educação.

É nesse caminho que se configura este trabalho, considerando que a sua relevância se dá pela necessidade de se discutir cada vez mais a remodelagem do meio de comunicação que alcança quase que a totalidade da população brasileira, no âmbito da educação e cultura. As premissas e particularidades desses campos do conhecimento não podem ser deixadas de lado em um momento de estudo de formas de uso da TV Digital (TVD) e início de utilização por algumas camadas da população.

1.1 Metodologia

Pela singularidade e pelo ineditismo do tema, a pesquisa realizada teve que enfrentar a escassez de material já produzido academicamente em Educação e buscar fontes de consulta alternativas, tais quais materiais e participação em congressos nacionais e internacionais, artigos sobre o tema publicados em jornais ou revistas, perseguindo a clarificação do que é essencialmente a TV Digital. Entre esses tipos de fontes, destacamos o NAB show (*National Association of Broadcasters*), ocorrido anualmente em Las Vegas (NV/EUA), o IBC (*International Broadcasting Convention*), evento anual em Amsterdã (Holanda), os congressos da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET) em São Paulo, palestras e seminários do campo e periódicos na internet. Todos esses eventos foram visitados presencialmente durante a investigação.

Por outro lado, sendo a interatividade a maior qualidade que é atribuída à TVD no campo das ciências humanas, uma grande parte do corpo escrito deste trabalho é dedicado a considerar algumas de suas acepções, analisá-las e discutir de que interatividade a TV Digital em implementação no Brasil está se apropriando. Dessa forma, num terceiro momento, não necessariamente sucessivo, buscou-se por em confronto se a qualidade interativa de que se fala sobre a TVD é verdadeiramente aquela que está sendo posta em ação neste momento.

Finalmente, a metodologia desta pesquisa também contemplou ouvir pessoas, professores e profissionais de outras áreas, além dos de Comunicação, sobre o que sabiam da TVD e que representações tinham dela. Não se caracterizando como um estudo estrito de representações sociais, especificamente nos termos propostos por Moscovici, não deixou de se apoiar neste constructo para analisar o que foi dito a respeito da TVD.

Nesse sentido, cabe aqui elucidar alguns pontos atribuídos a esse pressuposto. Tomamos como base que, quando uma pessoa emite uma opinião, está se valendo de representações forjadas na sua inserção com o meio social. Em verdade, esse nosso pensamento se vale das idéias de Moscovici (1978) sobre representações sociais, na medida em que o autor defende que não há separação entre o indivíduo e a sociedade onde este se insere, mas que, de fato, o sujeito se nutre dos elementos presentes na sociedade e os reconstrói articulando-os às suas representações internas. Referindo-se às representações, Moscovici (2003, p.48) afirma que “elas são de nossa sociedade atual, do nosso solo político, científico,

humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis”.

Segundo Arlena (2009), Moscovici afirma que as representações são sociais por terem um objeto comum e por serem compartilhadas e, também, pelo fato de serem fruto de uma divisão do trabalho que se distingue com alguma autonomia. Segundo o autor, existem categorias de pessoas que têm por ofício criar as representações sociais que são as que exercem tarefas ligadas à difusão dos conhecimentos científicos e artísticos (médicos, terapeutas, trabalhadores sociais, animadores sociais, animadores culturais, especialistas das mídias e do *marketing* político). Estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo.

Sendo assim, para Moscovici (2003, p.41), as “representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem.”

Por outro lado, “não há representação sem objeto e este pode ser uma pessoa, uma coisa, um acontecimento material, psíquico ou social, um fenômeno natural ou mítico. A representação é uma forma de saber prático ligando um sujeito a um objeto” Jodelet (2001, p.27). Portanto, porque as representações sociais podem ser encaradas como mediadoras entre o ser humano e o mundo; porque as representações sociais “*determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores e das idéias compartilhadas pelos grupos e regem, subseqüentemente, as condutas desejáveis ou admitidas*” (Moscovici, 1978: p.51), este conceito se tornou essencial para nós, orientando nosso interesse em colher os depoimentos.

Para tal, partimos de uma questão geradora:

Você acha que a TV digital que está sendo implantada no Brasil tem alguma contribuição a dar (ou vir a dar) à educação (vista em seu sentido amplo, um processo maior, que envolva a cultura e não apenas visando a escola)?

Procuramos ouvir diferentes pessoas, em gênero, idade, formação e atividade profissional. Os depoimentos coletados, pelo seu número pequeno e pelo caráter fortuito da coleta, não dão a possibilidade de generalizações, mas

levantam pontos que se mostraram muito interessantes porque emergem do mundo real e iluminam as considerações feitas sobre a TV digital e as suas características.

No decorrer do texto, portanto, serão encontradas referências a essas opiniões colhidas em campo, estabelecendo-se um diálogo entre as representações, o material de investigação já citado e a bibliografia selecionada. Estudamos, dessa forma, a maneira com a qual a digitalização da televisão está sendo inserida na sociedade e cultura brasileira, desde os aspectos técnicos de implementação do SBTVD até as reflexões sobre os seus conceitos e postulados, trazendo através dos depoimentos mais um outro elemento para a discussão sobre a visibilidade da TV Digital no cotidiano das pessoas e os conseqüentes impactos nos campos da Comunicação e, principalmente, o da Educação, levantados por este trabalho.